

Protagonistas e mediadores: Indígenas e Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai

*Ricardo Cid Fernandes
(UFPR)*

Os Kaingang querem desenvolver projetos hidrelétricos. Eles querem autorizar e ter participação nos lucros de pequenas centrais hidrelétricas a serem instaladas nos rios que banham suas terras. Estranho! Então é bom repetir: os Kaingang querem desenvolver projetos hidrelétricos! Analisar este enunciado é o objetivo desta comunicação. Quem, quando, como e por quê? Em que contexto surgem estas manifestações? Quais argumentos são empregados em defesa destes projetos? Como projetos hidrelétricos estão inseridos no contexto indígena? São estas questões que minha comunicação pretende abordar. São comentários ainda pouco analisados sobre a inserção de indígenas em processos de desenvolvimento a partir de considerações etnográficas. Mais que tudo, um relato, que pretende alimentar o debate.

Em primeiro lugar “quem”. Este enunciado – autorização e participação em PCHs – é parte de um recorte etnográfico específico, a saber: as manifestações recentes de lideranças das terras indígenas Xapecó e Toldo Chimbanguê, ambas localizadas no oeste do estado de Santa Catarina. Não se trata, portanto, de uma expressão que diga respeito aos mais de trinta mil kaingang, que vivem atualmente distribuídos pelas terras indígenas ou pelas cidades no sul do Brasil. Não se trata, tampouco, de uma expressão de todos os indígenas, mas de algumas lideranças que são por vezes apoiadas e por vezes contestadas pelas próprias comunidades.

Foi na Terra Indígena Xapecó, em 2002, que registrei pela primeira vez este tipo de manifestação. Durante uma palestra na escola indígena, “quando” estava em discussão a Agenda 21, o cacique, ao fazer a fala de encerramento, afirmou que estava em negociação com empreendedores do Canadá para construir uma barragem na Terra Indígena. Aquelas palavras agitaram o público presente, majoritariamente composto por alunos, professores e lideranças. Antes que a conversa entre os presentes tomasse conta do auditório, o cacique falou que a negociação já estava avançada e que os Kaingang iriam receber mais de um milhão e meio de Reais com a construção da barragem no rio Chapecozinho. Ele explicou “como” seria o

projeto. Desta vez, disse ele, os Kaingang iriam participar. Enfatizou que este projeto seria diferente das barragens construídas no passado e daquelas em construção nas proximidades da Terra Indígena¹.

O cacique conhecia o assunto, sabia do que estava falando. Mais do que uma liderança local, aquele era um político de expressão regional. De fato, ele já havia sido vereador, era naquele momento o vice-prefeito do município vizinho e presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas com acesso direto ao governador do Estado. De certo modo esta trajetória política era esperada, haja vista que tanto ele quanto os caciques anteriores mantinham uma autonomia frente ao indigenismo oficial da FUNAI e mesmo frente às agências não governamentais, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). As palavras do cacique não soaram como mera promessa, mais pareciam um projeto político com a assinatura dos Kaingang. Naquele momento eu convivía intensamente há mais de oito anos com os Kaingang da TI Xapecó, realizava trabalho de campo para minha pesquisa de doutorado, contribuía com os cursos de formação de professores indígenas e acompanhava o programa de comunicação indígena de um empreendimento na região. Atrevo-me a dizer que minha percepção era parecida com a de muitos indígenas que ouviram o cacique: a construção das barragens era um projeto kaingang, mais especificamente, um projeto dos kaingang da TI Xapecó a maior, mais antiga, mais populosa e mais importante terra indígena no estado de Santa Catarina².

Aos 43 anos de idade, a caminho de consolidar sua carreira política estadual, o cacique foi assassinado. Era maio de 2003. O caso repercutiu em todo o Estado. Em pouco mais de um ano os acusados foram identificados e condenados pela justiça federal. Como os demais projetos, a construção da barragem perdeu o entusiasmo com a morte do prestigiado político.

Nos anos seguintes, as barragens deixaram de ser um tema para os Kaingang, mas não para os empreendedores do Setor Elétrico. Na verdade, este foi um período de grandes investimentos na construção de PCHs – apenas no rio Chapecozinho há o registro de treze PCHs em operação ou em processo de licenciamento. Em 2008, o tema das PCHs ressurgiu para os Kaingang da TI Xapecó. Desta vez, sem a interlocução de um cacique com prestígio político regional, os empreendedores procuraram a FUNAI para contatar as lideranças indígenas e discutir sobre os projetos das PCHs. Mais uma vez na escola indígena, participei, em 2008, de uma reunião de apresentação dos projetos de duas PCHs. As quatro lideranças indígenas presentes manifestaram interesse e orientaram “como” o projeto deveria ser conduzido, destacando dois pontos: o tema deveria ser discutido com todas as lideranças da Terra Indígena e as compensações à comunidade deveriam ser permanentes.

O interesse dos indígenas, manifestado naquela e em outras reuniões com empreendedores, desencadeou uma intensa disputa frente à autorização para implantar as PCHs nos rios Chapecó e Chapecozinho. Em 2010 os registros da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) apresentavam doze empreendedores interessados na construção de sete PCHs na TI Xapecó. Além da ANEEL, as negociações dos indígenas com os empreendedores já haviam mobilizado o IBAMA, a FUNAI e o Ministério Público Federal. No IBAMA os primeiros processos de licenciamento foram abertos em 2008. Também em 2008 foi aberto no MPF o primeiro inquérito civil público sobre as PCHs do rio Chapecozinho. A FUNAI se manifestou em 2009, definindo que o licenciamento só ocorreria após a autorização do Congresso Nacional e a oitiva das comunidades indígenas³.

O interesse das lideranças kaingang não diminuiu com as dificuldades institucionais do processo, ou melhor, com as dificuldades para a obtenção de autorização para o processo de licenciamento. Com efeito, desde 2009 as lideranças da TI Xaçecó estão em negociação direta com empreendedores, discutindo as compensações e as formas de consulta. Em 2012, após dois anos de discussões, com a realização de oficinas motivadas pelos empreendedores, o cacique tornou público um documento assinado pelas lideranças, aprovando a parceria com empreendedores para a construção de quatro PCHs. Além do cacique e do vice-cacique, o documento foi assinado por lideranças de todas as 14 aldeias e pelo capitão geral da Terra Indígena Xaçecó. O documento não menciona valores, mas deixa claro que a parceria envolve a participação dos indígenas nos resultados financeiros dos empreendimentos. Do ponto de vista das lideranças, aquelas assinaturas selavam a negociação pelas compensações e confirmavam a consulta à comunidade. Os dois pontos levantados nas primeiras reuniões estavam, portanto, atendidos. De fato, o tema havia sido discutido com todas as lideranças e as compensações permanentes estavam acordadas.

Para as lideranças da Terra Indígena Xaçecó⁴, a decisão estava tomada. As lideranças haviam sido consultadas e as compensações seriam permanentes. Muito embora as lideranças indígenas tenham sido as negociadoras e as mediadoras, o projeto não foi para frente, isto é, não venceu as exigências institucionais - parou nos corredores da FUNAI e dos órgãos ambientais.

Diferentemente da TI Xaçecó, a Terra Indígena Toldo Chimbangue, localizada nas margens do rio Irani, no município de Chapecó, nunca teve um cacique de expressão regional. Nenhum dos indígenas que ali vive já foi vereador ou já ocupou alguma posição de prestígio político no contexto local ou regional. Embora o rio Irani seja um território histórico da resistência dos Kaingang, esta terra indígena só foi oficialmente reconhecida em 1986 e o processo de demarcação só foi concluído pela FUNAI em 2004. Seja pela estreita ligação com o CIMI, seja pela proximidade com a sede regional da FUNAI, a política no Toldo Chimbangue foi, ao longo de duas décadas, direcionada pelas agências indigenistas. Até meados da década de noventa não havia cacique ou liderança que respondesse pela TI Toldo Chimbangue. Neste período a liderança indígena foi exercida por funcionários indígenas da FUNAI local. O CIMI também manteve forte presença investindo no projeto político de autodeterminação e formação de lideranças. Apenas no final dos anos noventa, com o agravamento do cenário de preconceito e marginalização acionado pela eminência da demarcação definitiva da TI Toldo Chimbangue, foi constituída uma liderança indígena nos padrões kaingang, isto é: uma liderança formada por um cacique, vice-cacique e lideranças indicadas e legitimadas pela comunidade.

Apesar das histórias distintas e das diferentes inserções no contexto regional, as lideranças da TI Xaçecó e da TI Toldo Chimbangue apresentam uma posição semelhante quando defendem a construção das PCHs. Desde 2010 as lideranças Kaingang do Toldo Chimbangue estão negociando com empreendedores locais a construção da PCH Aldeia, projetada para ser instalada no rio Irani. Como no rio Chapecozinho, é grande o interesse de empreendedores do Setor Elétrico pelas águas do rio Irani. Atualmente neste rio existem cinco PCHs em operação e duas em processo de licenciamento. As lideranças da TI Toldo Chimbangue seguem diretrizes de negociação semelhantes às aquelas defendidas pelas lideranças da TI Xaçecó, ou seja: discutir com a comunidade e garantir que

as compensações sejam permanentes. A resposta e o envolvimento de instituições também são semelhantes. Em 2010 foi aberto processo na ANEEL. Em 2011 foram abertos processos na FUNAI e IBAMA. O Ministério Público Federal abriu inquérito civil para o acompanhamento do projeto. Como no caso da TI Xaçecó, o projeto da PCH Aldeia não foi para frente, isto é, não venceu a exigências institucionais - parou nos corredores da FUNAI e dos órgãos ambientais.

As semelhanças terminam por aqui. Apesar de tratar-se de um mesmo processo burocrático institucional envolvendo indígenas e empreendedores do Setor Elétrico em uma mesma região do estado de Santa Catarina, há uma grande diferença entre estes processos. Os projetos na TI Xaçecó seguem as alternativas já delineadas no inventário hidrelétrico do rio Chapecozinho. As quatro PCHs aprovadas pelos Kaingang tiveram seus projetos, incluindo sua localização, definidos no ambiente técnico do Setor Elétrico. Isso significa que as lideranças indígenas decidiram apenas se queriam ou não queriam os projetos das PCHs. Não houve influência ou participação das lideranças ou dos indígenas na concepção do projeto. Ademais, os empreendedores, neste caso, são grandes empresários do Setor Elétrico, grupos do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Diferentemente, no caso da TI Toldo Chimbangue o projeto da PCH Aldeia é uma revisão do inventário hidrelétrico do rio Irani. Trata-se de um projeto não previsto até então, que teve a participação das lideranças na escolha do local para a implantação da PCH e incorporou critérios indígenas para a localização do empreendimento. O critério acionado foi a proteção de áreas de residência e de uma área muito usada para lazer e pesca (conhecida como As Três Ilhas). Neste caso, os empreendedores são pequenos e médios empresários e funcionários públicos da região de Chapecó.

Além da participação indígena e da composição empresarial, há uma marcada diferença no âmbito dos estudos. No contexto da TI Xaçecó, foram realizados apenas estudos técnicos, ao passo que na TI Toldo Chimbangue, como parte do relacionamento dos indígenas com os empreendedores, foi constituída uma equipe de estudos com a participação de professores e profissionais indígenas. Os estudos foram conduzidos por professores e pesquisadores da universidade comunitária regional e contou com a participação de alunos indígenas, moradores da comunidade Toldo Chimbangue⁵. A metodologia da caracterização socioambiental envolveu elaboração e aplicação de questionários às 114 famílias, entrevistas, visitas ao local do projeto, oficinas participativas de avaliação de impactos com a elaboração de mapas conceituais, reuniões e audiências comunitárias na escola com a participação de grande parte da comunidade.

..*

Com base nesta breve contextualização e nos fragmentos de informação etnográfica apresentados é possível responder às questões quem, quando e como. Como vimos, trata-se de um fenômeno recente, dos últimos quinze anos (quando), que para as lideranças das Terras Indígenas Xaçecó e Chimbangue (quem), deve ser conduzido com a consulta às comunidades e participação financeira nos resultados dos projetos (como). Entretanto, falta tentar entender “por que” os Kaingang estão empenhados em defender projetos do Setor Elétrico.

A resposta que muitas vezes ouvi e que ainda ouço de colegas e interlocutores não indígenas é: “são as lideranças indígenas corruptas que querem se aproveitar”. Os índios com os quais converso falam que “alguns têm medo das barragens”, mas também falam sobre a importância da “geração de renda que as barragens projetam”. Há algo ainda mal compreendido. Não podemos esquecer, contudo, que nos processos de desenvolvimento econômico da região os Kaingang ocuparam e ocupam a posição de explorados, marginalizados. Eles viram suas matas serem derrubadas e transformadas nas serrarias instaladas em suas terras. As araucárias, o elemento chave da vida ritual⁶, viraram madeira. Dinheiro. A erva-mate virou a riqueza do sul. E os Kaingang seguiram marginais. Empobrecidos. O milho e a soja, a agricultura em larga escala, com áreas em terras indígenas ilegalmente arrendadas para a produção de sementes, também contribui para a riqueza na região. Os índios seguiram perdendo, vendendo força de trabalho para os frigoríficos e o sistema de integração na produção de porcos e aves. Em todos os ciclos econômicos, os Kaingang se mantiveram marginais.

O processo de exploração das águas, que se intensificou nos anos noventa com a privatização do Setor Elétrico, constitui, atualmente, um importante ciclo de desenvolvimento econômico na região. Só na bacia do rio Uruguai há mais de 160 PCHs em processo de licenciamento envolvendo empreendedores de capital local, regional, nacional e internacional⁷. Apesar do histórico de tensão nas relações com o Setor Elétrico, os Kaingang entendem este momento da economia regional e querem fazer parte dele.

OS KAINGANG E OS PROJETOS DO SETOR ELÉTRICO

Os projetos hidrelétricos estão, de fato, integrados à história recente dos Kaingang. Na Região Sul há empreendimentos hidrelétricos em todos os principais rios e seus afluentes: rios Paraná, Iguaçu, Uruguai, Tibagi e Passo Fundo. Todos os empreendimentos nestes rios, de uma forma ou de outra, afetam, afetaram ou afetarão os indígenas. Na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, onde estão localizadas as terras indígenas Xapecó e Chimbangue, existem dezenove terras indígenas, sete Usinas Hidrelétricas e mais de cento e sessenta Pequenas Centrais Hidrelétricas em operação ou em licenciamento⁸. Nesta bacia, que representa aproximadamente 5% do potencial de geração de energia hidrelétrica no Brasil, existem atualmente 120.560 hectares de terras indígenas demarcadas, onde vive uma população de aproximadamente 25 mil indígenas⁹. Trata-se de uma região que abriga ao mesmo tempo parte do território tradicional Kaingang e Guarani e parte significativa do sistema de geração de energia elétrica sul brasileiro.

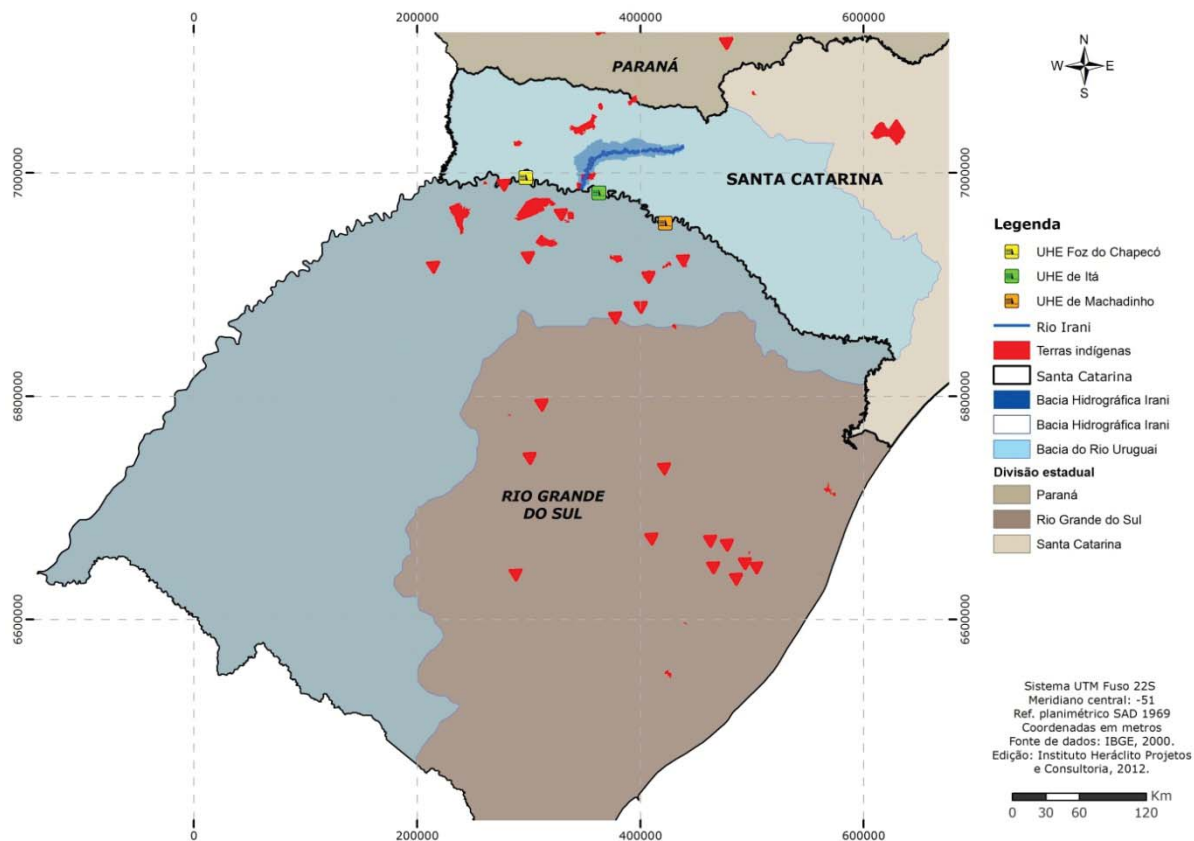


Figura 1 : UHE e Terras Indígenas na Bacia do Rio Uruguai
Fonte: Instituto Heráclito 2012.

Colocadas lado a lado, estas informações, se não explicam o porquê, ao menos aproximam definitivamente indígenas e projetos do Setor Elétrico. Desde os anos setenta, na Região Sul a relação entre grupos indígenas e o Setor Elétrico apresenta pontos de tensão. Segundo o documento *Indians Threatened by hydroelectric projects in Brazil*, de autoria dos antropólogos Paul Aspelin e Silvio Coelho dos Santos (1979), os projetos selecionados para implantação na bacia do rio Uruguai resultariam no alagamento de 1556 hectares de terras indígenas, com o deslocamento compulsório de, aproximadamente, 310 indígenas. Além dos alagamentos os autores identificaram

que estes projetos produziram efeitos indiretos, porém severos, tais como: aumento da prostituição, pressões políticas sobre as terras indígenas, desorganização no mercado de trabalho indígena, exposição a doenças contagiosas. Por estas e outras razões os estudos da época não recomendaram positivamente as alternativas constantes do Inventário Hidrelétrico do rio Uruguai.

A interferência sobre as terras e populações indígenas foi um dos fatores que orientou a reformulação dos projetos do Setor Elétrico nesta bacia. Ao lado das pressões exercidas pelo Banco Mundial e pelos Movimentos dos Atingidos por Barragens, a preocupação com a questão indígena fez com que ao longo dos anos os projetos fossem reformulados, evitando, deste modo, o alagamento e a supressão territorial indígena. As alterações nos projetos não evitaram que os Kaingang fossem afetados. Durante as últimas décadas a população indígena foi mal informada e mal orientada sobre o assunto, mantendo-se marginalizada dos processos de implantação dos grandes empreendimentos. Muitos são os exemplos. Na Terra Indígena Ligeiro (Rio Grande do Sul) o relatório da pesquisa intitulada *Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*, também coordenado pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos, registrou, em 1998, as consequências desta marginalização, a saber: em razão do alagamento que não ocorreu, pois o projeto da UHE Machadinho foi alterado, não houve investimentos ou ações voltadas à produção ou à proteção ambiental naquela terra. O impacto que não ocorreu gerou prejuízos reais para a população indígena. Mesmo assim, as ações de compensação ambiental desenvolvidas foram limitadas ao plantio de um número insignificante de mudas de árvores nativas.

Em Santa Catarina a Terra Indígena Toldo Chibanguê foi afetada de forma semelhante por alterações de projeto. Em 1985, quando já estava confirmado o direito indígena sobre as terras do Toldo Chibanguê nas margens do rio Irani, a ELETROSUL alterou um de seus projetos, reduzindo a área de alagamento naquele rio. Naquela ocasião o projeto da UHE Iraí foi substituído pelo projeto da UHE Foz do Chapecó, deslocando o barramento no rio Uruguai para região à montante da foz do rio Chapecó. No final dos anos noventa, o leilão que definiu a concessão desta UHE, mais uma vez, revelou uma alteração de projeto. Neste caso houve a alteração da cota de alagamento, que teve como objetivo alegado evitar qualquer possibilidade de interferência sobre a já demarcada TI Toldo Chibanguê. Como os Kaingang da TI Ligeiro, os Kaingang do Toldo Chibanguê viveram durante anos apenas com a expectativa do alagamento, apenas com a perspectiva do impacto.

Os casos das TIs Ligeiro e Chibanguê são apenas dois exemplos. Há outros casos envolvendo indígenas e o Setor Elétrico no sul do Brasil. É possível afirmar que em toda a bacia do rio Uruguai a perspectiva do impacto das barragens está presente no ponto de vista e no discurso indígena. De fato, a percepção de que os projetos hidrelétricos afetam e afetarão suas vidas é registrada em diversos momentos e contextos: seja pela neblina que atribuem aos reservatórios, seja porque os projetos originais efetivamente atingiam as terras indígenas, seja pelo acentuado aumento da população e das atividades econômicas na região. Tal percepção é potencializada na medida em que os projetos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai não resultaram em benefícios diretos para as comunidades indígenas. Há, portanto, uma espécie de passivo etnoambiental geral para o cenário da bacia hidrográfica do rio Uruguai. Efetivamente, os indígenas não foram considerados nos projetos de desenvolvimento da região, pelo

contrário, foram e ainda são, em muitos casos, considerados como entraves ao desenvolvimento. Resta sobre este tema a perspectiva indígena de exclusão e marginalização construída nas últimas décadas.

Há um único caso em que os indígenas da região foram considerados desde o início do processo de licenciamento de um empreendimento do Setor Elétrico: trata-se da Reserva Indígena Aldeia Condá no contexto da implantação da UHE Foz do Chapecó. Esta situação, muito especial, surgiu em 1998 quando, simultânea e desarticuladamente, a FUNAI e IBAMA decidiram sobre a destinação de parte das margens do rio Uruguai. A FUNAI elegeu uma área de 2.300 hectares para a criação da Reserva Indígena Aldeia Condá e o IBAMA concedeu Licença Prévia para a implantação da UHE Foz do Chapecó. Resultado: o reservatório projetado inundaria 46 hectares da Reserva Indígena. Tal situação de sobreposição foi normatizada através do Termo de Conduta ANEEL/FUNAI (intitulado *Componente Indígena nas Áreas Influenciadas pela Construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó - Condicionantes Ambientais e Fundiárias*, constante do edital de leilão deste aproveitamento hidrelétrico – Edital de Leilão n.º 002/2001 ANEEL). Por meio deste Termo de Conduta o vencedor do leilão do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó ficava obrigado a adquirir 1500 hectares das terras eleitas para a criação da Reserva Indígena, bem como destinar dois milhões de reais (R\$ 2.000.000,00) para o desenvolvimento de programas voltados à auto sustentabilidade da comunidade indígena.

Os compromissos dos empreendedores definidos no Edital foram cumpridos ao longo dos anos subsequentes. Em 2005 dois milhões de Reais foram repassados à FUNAI (Renda do Patrimônio Indígena) para uso exclusivo dos indígenas da Aldeia Condá. Em 2010, 1503 hectares de terras adquiridos ao longo dos anos foram transferidos à FUNAI. Com isso a comunidade indígena da Aldeia Condá passou a gozar de uma condição especial entre os indígenas da região. Diferente de outros momentos e contextos, este período foi marcado pela constante aproximação com a FUNAI local, em vista da utilização dos recursos repassados. A comunidade passou também a receber novos moradores atraídos pela qualidade de vida proporcionada pelos recursos do empreendimento. A liderança indígena neste período se afastou da mobilização política com as outras comunidades da região, mantendo distância até mesmo do movimento social que contribuíra sobremaneira para o processo de criação da Reserva nos anos noventa. Com o esgotamento dos recursos, gerados pelo Termo de Conduta ANEEL/FUNAI os Kaingang da Aldeia Condá tem questionando a forma da compensação recebida. Afirmam eles que ao invés de terem recebido o dinheiro da compensação de uma só vez, eles deveriam receber mensalmente uma quantia do empreendimento. Este questionamento circula entre os indígenas e agentes institucionais envolvidos com a temática na região. De forma geral, os resultados deste relacionamento são, ainda hoje, muito mal avaliados.

O TOLDO CHIMBANGUE E O REPOSICIONAMENTO DOS KAINGANG NO CENÁRIO REGIONAL

O caso do Toldo Chimbanguê oferece um interessante ponto de partida para repensar esta perspectiva de reposicionamento dos Kaingang no cenário regional a partir do Setor Elétrico. Vivendo nas margens do rio Irani, a menos de vinte quilômetros de distância do centro da cidade de Chapecó, os Kaingang do Toldo Chimbanguê

estão, efetivamente, redefinindo sua posição neste cenário de marginalização. No rio Irani os aproveitamentos hidrelétricos reproduzem em menor escala os investimentos do Setor Elétrico no rio Uruguai. Atualmente estão licenciadas sete Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): nenhuma destas alaga terras indígenas demarcadas; nenhuma envolveu os indígenas nos processos de licenciamento. Nas margens do rio Irani, os indígenas do Toldo Chimbangue sofrem duplamente os efeitos da marginalização. Por um lado, percebem que para eles restou apenas o rio modificado pelas barragens – à jusante o final do reservatório da UHE Foz do Chapecó no rio Uruguai; à montante as PCHs no rio Irani. Por outro lado, sentem a exclusão nos processos de compensação e, lato sensu, na distribuição da riqueza gerada pelo Setor Elétrico.

A marginalização pela transformação ambiental é parte da trajetória histórica dos Kaingang. Durante a maior parte do século XX esta população conviveu com a expropriação de suas terras e com a exploração dos recursos naturais e simbólicos de seu território tradicional. Ocupantes históricos da região, os Kaingang se estabeleceram nas margens do rio Irani em decorrência da fuga do cacique Antônio Chimbangue dos ataques ao aldeamento de Nonoai. Logo após a morte deste cacique (em 1912 ou 1915, segundo D'Angelis, 1984) teve início a colonização sistemática da região. Com isso, houve a distribuição de lotes, a abertura de estradas e a instalação de colonos dedicados inicialmente à exploração madeireira. Na década de quarenta, como registra a documentação do Serviço de Proteção ao Índio, os indígenas do Toldo Irani eram visitados periodicamente por funcionários da Inspeção Regional de Curitiba e do Posto Indígena Xaçecó. Mesmo assim, a expropriação territorial se concretizou em 1948, quando foram ocupadas as terras que incluíam não apenas a residência de famílias kaingang, mas também o cemitério onde está enterrado o cacique Chimbangue. No início dos anos setenta foram vendidas as últimas áreas deste território tradicional kaingang. Algumas famílias foram viver com parentes em outras terras. Outros permaneceram na condição de agregados dos novos moradores/produtores rurais. Apenas a partir dos anos oitenta do século XX os Kaingang do Toldo Chimbangue tiveram suas terras oficialmente reconhecidas¹⁰.

Em 1984, frente à gravidade dos conflitos envolvendo indígenas e colonos, a FUNAI constituiu grupo de trabalho para definir os limites da Terra Indígena Toldo Chimbangue. O relatório deste Grupo de Trabalho concluiu pela delimitação de 1.817 hectares, tendo como limites o lajeado Lambedor, o rio Irani e, ao norte, a linha seca. Em virtude da grande rejeição local e regional à presença indígena, a efetiva demarcação destas terras foi dividida em duas etapas: a primeira totalizando 988 hectares, na parte sul do território, homologado em 1991; e a segunda totalizando 975 hectares, demarcados em 2004, na parte norte do território, resultado do relatório de novo Grupo de Trabalho constituído pela FUNAI em 1998.

A retomada das terras do Toldo Chimbangue reverteu parcialmente as condições da expropriação territorial. Embora protegido pela demarcação oficial, a terra indígena carrega as marcas de quase um século de exploração. Além das dimensões territoriais terem sido reduzidas pela colonização, esta terra indígena esteve, e ainda está, exposta a diversos agentes de transformação ambiental, como: o desmatamento, o aterro sanitário da cidade de Chapecó, as rodovias intermunicipais implantadas nas proximidades e no interior da terra Indígena e os efluentes de criação de porcos e aves das propriedades rurais do entorno. Trata-se de um contexto que pode ser analisado a

partir do conceito de racismo ambiental, pois, sem dúvida, estamos diante de “injustiças sociais e ambientais que afetam grupos étnicos vulnerabilizados”¹¹. Se adotarmos a conceituação do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ 1988) podemos afirmar que a degradação ambiental é parte do “coeficiente histórico e antropológico” que envolve a Terra Indígena Toldo Chimbangue. Nos termos dos próprios Kaingang, estas transformações só acarretaram prejuízos, seja pela perda da qualidade ambiental, seja pelo preconceito a que estão expostos no contexto do desenvolvimento regional.

Os prejuízos ambientais estão sendo parcialmente contornados, pois desde a demarcação das terras do Toldo Chimbangue está em curso um processo de recuperação ambiental. Trata-se de uma determinação que parte das próprias lideranças indígenas que tem como objetivo garantir a qualidade ambiental para as futuras gerações. Hoje na “mata nativa”, dizem os indígenas, são encontrados animais que não eram mais avistados, como tucanos, quatis, veados, cotia, capivara, dentre outros. O mesmo não pode ser dito com relação à inserção socioeconômica. Apesar de viverem em uma terra indígena legalmente constituída e de contribuírem para a recuperação ambiental da região, os Kaingang do Toldo Chimbangue são marcados pela marginalização. Efetivamente, são registrados índices preocupantes de alcoolismo, subemprego, falta de preparação para o trabalho em contexto urbano e precarização do trabalho no meio rural. A marginalização indígena está também expressa no intenso uso do espaço urbano da cidade de Chapecó onde muitos dormem nas marquises ou nos pontos de ônibus, vendem artesanato nas ruas, pedem esmolas, acampam em terrenos baldios e perambulam mesmo no frio do inverno.

Com uma população de 114 famílias, totalizando 399 pessoas, esta é uma população jovem formada por famílias pouco numerosas (57% da população tem idade inferior a vinte e cinco anos e 74,55% das famílias são compostas por dois, três ou quatro membros¹²). Esta população vive, fundamentalmente, do trabalho na agricultura e da prestação de serviços. A agricultura, no interior da Terra Indígena e nas propriedades rurais do entorno, é ocupação predominante entre os mais velhos. Como entre os regionais a terra é cultivada com ferramentas manuais, tração animal e tratores. A produção familiar está baseada em cultivos sazonais (milho, feijão, mandioca, batata, batata doce e amendoim) além da criação de pequenos animais. Entre os mais jovens as ocupações se dividem em serviços gerais na construção civil, trabalho nos frigoríficos e agroindústrias da região, diaristas na cidade de Chapecó e atividades nas áreas de saúde e educação junto às instituições que atuam no interior da terra indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No limite de suas terras e no limite da marginalidade, os Kaingang do Toldo Chimbangue vivem a dupla exclusão provocada pelas transformações socioambientais. Parte de suas terras tradicionais foi recuperada, porém são terras reduzidas e ambientalmente empobrecidas. Sua inserção socioeconômica ocupa posições periféricas no desenvolvimento regional. Para enfrentar esta dupla exclusão, as lideranças Kaingang, desde 2010, defendem, ao lado de pequenos e médios empresários locais, a implantação da PCH Aldeia no rio Irani. “Parceria” ou “sociedade” são os termos que os próprios indígenas empregam para tratar do acordo que estão desenvolvendo. Esta “parceria”

está baseada em três pontos, a saber: (1) coube aos indígenas definir o melhor lugar para a barragem; (2) os impactos socioambientais do projeto estão sendo identificados e analisados junto com técnicos e profissionais indígenas e serão mitigados e compensados pelo empreendimento; e (3) os indígenas terão participação nos resultados financeiros do empreendimento.

Uma vez definidos estes três pontos, as lideranças indígenas têm se empenhado na elaboração dos estudos, na realização de reuniões comunitárias e na defesa do projeto junto às instituições (notadamente, Ministério Público Federal, FUNAI e IBAMA). O discurso das lideranças em defesa do empreendimento coloca frente à frente a história de marginalização e as perspectivas de futuro da comunidade. As preocupações com os impactos, especialmente com o alagamento de aproximadamente 40 hectares de terras, são contornadas com a ênfase na participação nos resultados financeiros do projeto.

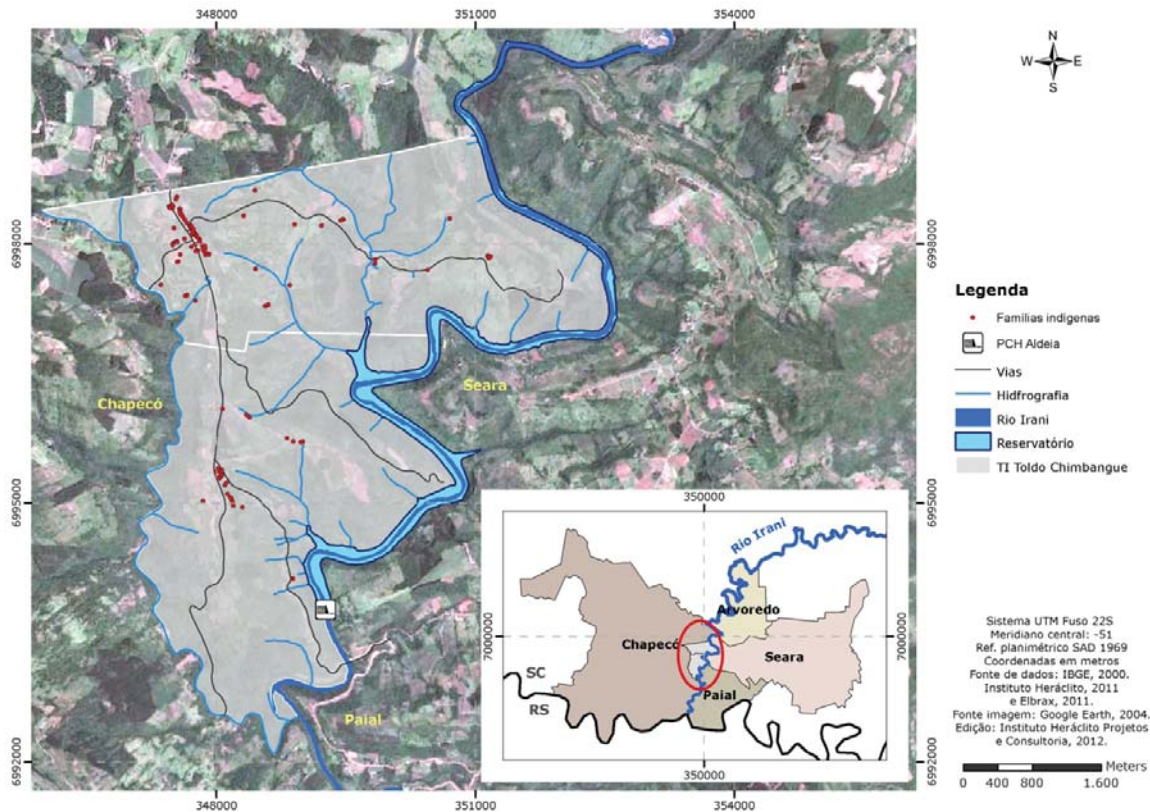


Figura 2: Mapa de localização da Terra Indígena Toldo Chimbangue e projeção de alagamento com o reservatório da PCH Aldeia. Fonte: Instituto Heráclito 2012.

Na audiência comunitária realizada em dezembro de 2011 as lideranças do Toldo Chimbanguê defenderam pública e abertamente o projeto da PCH Aldeia. Com a participação da maioria dos moradores da terra indígena e perante muitas autoridades regionais (FUNAI, prefeituras, secretarias de educação, vereadores e sindicatos rurais), as lideranças apresentaram aspectos positivos e negativos do projeto. As palavras do ex-cacique, são ilustrativas:

O nosso sofrimento vai ficar lá embaixo d'água. Não adiantava os empreendedores chegarem aqui e dizer 'vamos investir três milhões de Reais na comunidade Chimbanguê'. Eu não concordo, por que esses três milhões acabam e o lago vai continuar ali e os índios, nossos filhos e netos vão continuar aqui. Então a proposta de sociedade é boa e eu vou aproveitar até que eu tiver por aqui, meus netos e meus filhos vão ficar aqui usufruindo esse dinheiro. Tem que envolver nesse acordo a FUNAI a própria universidade federal que pode ajudar na investigação [aplicação] desse recurso. Esse recurso é bom para todo mundo. É essa questão que se tem que ter. Eu não posso pensar em mim, tenho que pensar nos outros e em quem está chegando.

Mais uma vez, os Kaingang, nos convidam a refletir sobre a condição indígena no sul do Brasil. Embora ainda seja estranho pensar que os Kaingang queiram desenvolver projetos hidrelétricos nos rios que banham suas terras, o exemplo do Toldo Chimbanguê não deixa dúvidas de que este tipo de projeto representa uma alternativa. Ao avaliar o projeto da PCH Aldeia, as lideranças têm apontado não apenas para a história de marginalização, mas também para o necessário, o reposicionamento no contexto regional a partir ponto de vista dos indígenas como protagonistas e mediadores de projetos de desenvolvimento.

Ricardo Cid Fernandes é doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP) e professor no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

NOTAS

- 1 O cacique falava especificamente da Usina do Voltão (construída nos anos cinquenta, ainda hoje em operação), da Usina Xanxerê (que teve sua construção iniciada e abandonada na década de sessenta e da qual existe apenas uma ruína que corta o rio Chapecozinho) e da UHE Quebra-Queixo (construída entre 2000 e 2002 no rio Chapecó).
- 2 A Terra Indígena Xaçecó foi oficialmente reconhecida em 1902 através do Decreto número 7 do governo do Estado do Paraná. Atualmente são mais de cinco mil indígenas distribuídos em 14 aldeias que ocupam um território total de 15.623 hectares.
- 3 Parecer da Procuradoria Especializada e Advocacia Geral da União/Coordenação de Estudos e Pareceres/FUNAI.
- 4 Os Kaingang empregam termos da hierarquia militar para designar suas lideranças. Na TI Xaçecó, além do cacique e do vice-cacique, a liderança é composta por um capitão por aldeia e um capitão geral.
- 5 Importante mencionar que eu participei como antropólogo da elaboração deste estudo de impacto etnoambiental, acompanhando os professores da Universidade Comunitária de Chapecó (Unochapecó) e Universidade do Oeste Santa Catarina (Unoeste), Leonel Piovezanna e Rogis Bernardi.
- 6 Sobre a centralidade da araucária na vida ritual kaingang ver Fernandes 2003a, Crepaux 1995 e Veiga 1994.
- 7 É significativo que eu, como pesquisador dos kaingang, já tenha sido procurado por uma empresa Belga que ganhou dinheiro com e-commerce e decidiu investir em negócios sustentáveis na Índia e Brasil, entenda-se, construção de PCHs em terras indígenas.
- 8 Dados dos Órgãos Ambientais Estaduais (FATMA e FEPAM) indicam que em Santa Catarina são 79 PCHs e no Rio Grande do Sul são 90 PCHs distribuídas bacia do rio Uruguai.
- 9 Dados publicados pelo Instituto Socioambiental indicam a população total de 22.376 nas TIs da região, consulta realizada em 10/08/11 em www.socioambiental.org.br
- 10 Em 1970 o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos assim descreve a situação dos Kaingang do rio Irani: “Alguns pequenos grupos mantinham seus aldeamentos ainda as margens do Uruguai e outros transitavam livremente ora para o Rio Grande, ora para além do Iguacu. De todo o modo, entretanto, eles mantinham relações amistosas com os brancos e eram utilizados continuamente como mão de obra nas fazendas de criação, na extração da erva e na condução de tropas” (Santos 1970:26).
- 11 “Chamamos de racismo ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades discriminadas por sua raça, origem ou cor.” (Pacheco 2008:11-23).
- 12 Levantamento de dados a partir de aplicação de cadastro multifinalitário que compõe diagnóstico etnoambiental elaborado pelo Instituto Heráclito para integrar o processo de licenciamento ambiental da PCH Aldeia (2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANEEL/FUNAI. 2001. Termo de Conduta "Componente Indígena nas Áreas Influenciadas pela Construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó - Condicionantes Ambientais e Fundiárias", constante do edital de leilão deste aproveitamento hidrelétrico – Edital de Leilão n.º 002/2001 ANEEL.
- CRÉPEAU, Robert. 1995. "Économie rituel". In: *L'anthropologie économique. Actes du Colloque*. Département d'anthropologie Université de Montreal. N/1.
- D'ANGELIS, Wilmar. 1984. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi-Regional Sul.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2003a. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP).
- _____. 2003b. "Terra, tradição e identidade: Os Kaingang da Aldeia Condá no contexto da UHE Foz do Chapecó". In: S.C Santos; A. Nacke. (orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- HELM, Cecília M. V.. 1998. "Os Kaingang, Os Guarani e os Projetos de Desenvolvimento" In: C.M.V. Helm. (Org.). *A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná.
- IPARJ. 1988. *Diretrizes para o Relacionamento do Setor Elétrico com Povos Indígenas*. Relatório Final do Contrato ECE - 492/87. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro – Iparj. 16 de Novembro de 1988.
- INSTITUTO HERÁCLITO. 2012. *Estudo de Impacto Ambiental PCH Aldeia*. Chapecó: Julho 2012. Mimeo.
- PACHECO, Tania. 2008. *Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania*. Série Textos Água e Ambiente, v. 2.
- SANTOS, Silvio Coelho. 1970. *A integração do índio na sociedade regional. A função dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- _____. 1998. *Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*. Mimeo. PPGAS/UFSC.
- _____. 2001. "As hidrelétricas, os índios e o Direito". In: M. J. Reis; N. M. S. Bloemer. (orgs.). *Hidrelétricas e Populações Locais*. Cidade Futura/Ed. da UFSC.
- _____; REIS, Maria José. (orgs.). 2002. *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- SANTOS, Silvio Coelho; ASPELIN, Paul. 1979. *Indian Areas Threatened By Hydroelectric Projects In Brazil*. Copenhagen: Iwigia.
- VEIGA, Juracilda. 1994. *Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade jê meridional*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Protagonistas e mediadores: Indígenas e Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai

RESUMO

A convivência entre as populações indígenas e os empreendimentos do Setor Elétrico na bacia do rio Uruguai (RS/SC) vem sendo estudada desde os anos setenta, com as pesquisas pioneiras do antropólogo Silvio Coelho dos Santos. Distribuídos em inúmeras terras indígenas da região, os Kaingang constituem oposição sistemática aos grandes projetos que já resultaram na construção de sete usinas hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. Entretanto, para espanto e perplexidade de muitos, os Kaingang tem manifestado nos últimos anos interesse específico na construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Eles querem autorizar e ter participação nos lucros de PCHs a serem instaladas nos rios que banham suas terras. Analisar este enunciado é o objetivo desta comunicação. Em que contextos surgem estas manifestações? Quais argumentos são empregados em defesa destes projetos? Como projetos hidrelétricos estão inseridos no contexto indígena? Esta comunicação parte da análise de dois casos em que os Kaingang publicamente defendem a construção de PCHs em seus territórios. Com estratégias distintas, as lideranças indígenas reivindicam o poder de definição de seus projetos próprios de desenvolvimento. Para a análise antropológica estes casos oferecem um cenário etnográfico particularmente desafiador, posto que redimensionam a condição de marginalização e exclusão, inserindo os indígenas no centro dos debates sobre o próprio desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: índios do sul do Brasil; Kaingang; desenvolvimento; estudo de impacto; participação indígena.

Protagonists and mediators: indigenous people and hydroelectric dams in the Uruguay River Basin

ABSTRACT

The coexistence between indigenous peoples and the undertakings of the electricity sector's enterprises in the Uruguay River basin (RS/SC) has been studied since the seventies, with the pioneering research of anthropologist Silvio Coelho dos Santos. Distributed in many indigenous lands in the region, the Kaingang offered a systematic opposition to major projects that have already resulted in the construction of seven hydroelectric power plants in the Uruguay River basin. However, to the surprise and amazement of many, the Kaingang, in recent years, have shown specific interest in the construction of Small Hydro Power (SHP). They intend to give permission to the construction of SHP on the rivers that cross their lands and participate in their profits. Analyzing this statement is the purpose of this communication. In what contexts arise these demonstrations? What arguments are used to support these projects? How are hydroelectric projects accommodated in indigenous contexts? This communication starts from the analysis of two cases where the Kaingang publicly advocate the construction of power plants in their territories. Using different strategies, indigenous leaders claim the power to define their own development projects. These cases offer a particularly challenging ethonographic scenario for anthropological analysis, insofar as they present indigenous people shifting from a marginal condition to the center of the debates about their own development.

KEY WORDS: south brazilian indians; kaingang; development; impact studies; indigenous participation.

Recebido em 31/03/2014

Aprovado em 15/10/2014